

DOCUMENTAÇÃO

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: 900

Data: 13-15/92/96 Pg. A-14

Class.: 04

# Aprovado plano de recursos hídricos

...  
... por César Felício  
... de Brasília

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica e sem modificações, o plano nacional de recursos hídricos. O projeto, que tramitava há cinco anos no Congresso, será sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ainda este ano, mas há possibilidade de alguns votos, segundo uma fonte governista.

A nova lei reformula as regras para qualquer investimento que envolva a utilização de recursos hídricos, e, segundo o ministério do Meio-Ambiente, irá auxiliar no processo de privatização das diversas empresas regionais de água e saneamento. O texto estabelece a criação de um sistema nacional, formado por vários ministérios e comitês instaladas em cada ba-

cia hidrográfica, acabando com estratégias setoriais desvinculadas.

Estados, municípios, empresários, entidades ambientalistas e até índios terão um considerável grau de ingerência na área, com a diminuição do poder da União. São criadas as agências de água, órgãos que serão o braço executivo de cada comitê de bacia hidrográfica, com poder de análise sobre todos os projetos referentes à água, com direito a cobrar pela utilização dos recursos hídricos, como modo de se auto-sustentarem. Nas agências e nos comitês de bacia, o poder público terá apenas metade dos assentos.

A União terá o controle apenas do planejamento estratégico do setor, através do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), cujo presi-

dente será o ministro do Meio-Ambiente e no qual o governo terá 51% dos assentos. O CNRH outorgará as licenças para a utilização de água, que serão válidas por 35 anos, exceto para uso hidrelétrico. Neste caso, a soberania passará para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador recém-criado.

Não havia lei anterior específica para o tema. O setor ainda era regulado pelo Código das Águas, sancionado por Getúlio Vargas em 1934. O código de 62 anos atrás, contudo, privilegiava a regulamentação do uso de energia, deixando um vazio legal sobre o uso da água. Isto estava trazendo até dificuldades de financiamento internacional para projetos no setor por falta de segurança nos investimentos.